

Sociabilidade pandêmica? O que uma Antropologia urbana pode dizer a respeito da crise deflagrada pela COVID-19

LUIZ HENRIQUE DE TOLEDO

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil
kikeppgas@gmail.com

ROBERTO DE ALENCAR PEREIRA DE SOUZA JUNIOR

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo, Brasil
r.alencarjunior@hotmail.com

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v29isuplp53-64

resumo No contexto global da crise sanitária, a cidade de São Paulo, epicentro da pandemia no Brasil, também se viu diante da necessidade de retenção dos corpos em movimentação, enunciando medidas restritivas de urgência num quadro geral denominado de quarentena. Paradoxalmente, percepções aparentemente lúdicas e jocosas de se lidar com a pandemia puderam ser observadas nos meandros da sociabilidade cidadina, chamando nossa atenção para os usos de alguns conceitos e noções caras à Antropologia Urbana. Esse texto discute como essa conjuntura de sofrimento se desdobrou em manejos mais lábeis numa sintomatologia popular, sem desconsiderar o potencial analítico da noção de sociabilidade ao lidar com a politização de corpos dispostos a operar a partir do cenário que moldou localmente a pandemia: de um lado, estratégias políticas e científicas orientando as ações públicas na administração da cidade e, do outro, a presença de contradiscursos anti-intelectualistas e/ou cientificistas dissonantes ressoados pelas esferas federais de poder.

palavras-chaves antropologia urbana; sociabilidade; corpo; pandemia – COVID-19; cidade de São Paulo.

Pandemic sociability? What an urban anthropology can say about the crisis triggered by COVID-19

abstract In the global context of the sanitary crisis, the city of São Paulo, the epicenter of the pandemic in Brazil, was also faced with the need to retain the bodies in movement, enunciating urgent restrictive measures in a general framework called quarantine. Paradoxically, apparently playful and playful perceptions of dealing with the

pandemic could be observed in the intricacies of city sociability, calling our attention to the uses of some concepts and notions dear to Urban Anthropology. This text discusses, based on ethnographic examples, how this conjuncture of suffering unfolded in more labile managements in a popular symptomology, without disregarding the analytical potential of the notion of sociability when dealing with the politicization of bodies willing to operate from the scenario that shaped locally the pandemic: on the one hand, political and scientific strategies guiding public actions in the administration of the city and, on the other, the presence of dissonant anti-intellectualist and / or scientific discourse resonated by the higher spheres of power.

keywords: urban anthropology; sociability; body; pandemic - COVID-19; Sao Paulo City.

¿Sociabilidad pandémica? Qué puede decir la antropología urbana sobre la crisis sanitaria

resumen En el contexto global de la crisis sanitaria, la ciudad de São Paulo, epicentro de la pandemia en Brasil, también se enfrentó a la necesidad de retener los cuerpos en movimiento, enunciando medidas restrictivas urgentes en un marco general llamado cuarentena. Paradójicamente, se pueden observar percepciones aparentemente juguetonas y juguetonas de lidiar con la pandemia en las complejidades de la sociabilidad de la ciudad, llamando nuestra atención sobre los usos de algunos conceptos y nociones que son apreciados por la Antropología Urbana. Este texto analiza cómo esta coyuntura de sufrimiento se desarrolló en un manejo más lábil en una sintomatología popular, sin ignorar el potencial analítico de la noción de sociabilidad cuando se trata de la politización de los cuerpos dispuestos a operar desde el escenario que moldeó la pandemia localmente: por un lado , estrategias políticas y científicas que guían las acciones públicas en la administración de la ciudad y, por otro lado, la presencia de discursos científicos antiintelectuales y / o disonantes resonadas por las esferas federales del poder.

palabras clave Antropología urbana. Cociabilidad. Cuerpo. COVID-19. São Paulo.

Apresentação

“Aí sim, temos que beber umas antes de terminar a quarentena”. Foi com essa jocosa convocatória, tomada pelo remetente como palavras alvissareiras, que um dos autores desse artigo recebeu, num sábado à tarde a mensagem, via *WhatsApp*¹, de um “amigo do samba”.

¹ Troca de mensagens entre Soraya Gebara, um dos autores e o referido amigo em 02.05.2020. Agrademos à Soraya por chamar a atenção sobre a insólita mensagem.

O mote daquela conversa foi uma imagem, que na conjuntura pandêmica² trazia as marcas de uma disseminada e “memeficada” polêmica, afinal, o referido amigo compartilhava uma foto *online* em que aparecia, junto com mais dois de seus colegas, numa despreziosa e inadvertida confraternização de bar.

Não é demais dizermos que essa “memeficação” da pandemia invadiu as redes sociais, trazendo consigo toda gama estereotipada de imagens, piadas e chistes, amparados por discursos de vários matizes ideológicos, mas também burlas direcionadas aos discursos científicos que seguiram orientando, em meio a um mar de controversas, as políticas públicas estaduais e municipais de mitigação.

Admoestado por estar promovendo ajuntamentos por aí, em resposta o referido amigo sambista argumentou que reparássemos bem na foto porque ele não estava dentro do bar, mas na rua em frente ao estabelecimento. Com isso, asseverava que não infringia as orientações e esforços sanitaristas amparados em massivas campanhas (estatais e midiáticas) recomendando o “fique em casa”³. A conversa se estendeu pelo sábado e domingo em mensagens intermitentes, recuperadas em fragmentos ao longo desse artigo.

Nesse contexto em que vivenciamos uma economia de crises sobrepostas, é que inserimos ou inoculamos provocativamente uma crise de perspectiva na Antropologia Urbana. Ou, dito de outro modo, a convidamos a administrar ou testar alguma *vacina* que a imunize ou que a prepare para outras crises conexas, sobretudo no que concerne o enfrentamento do anti-intelectualismo, que se colocou no *front* dos embates sobre as condições epistemológicas de se fazer não somente Antropologia Urbana, mas ciências básicas nesse contexto político e pandêmico que marcou os primeiros meses de 2020.

Se a crise promoveu, para além de tudo, uma espécie de sanitarismo epistemológico na busca pela “cura” do novo coronavírus⁴, cabe às Ciências Sociais, e no que nos diz respeito à Antropologia e seus métodos, reivindicarem alguma parcela nessa colaboração. Neste artigo, obviamente, esse chamamento se mostra bem mais modesto porque se deterá em discutir apenas uma das matrizes conceituais inspiradoras das etnografias urbanas.

Objetivamente, apontaremos para a articulação entre gestão popular, ou de senso comum⁵, dos corpos na conjuntura pandêmica e a transfiguração das políticas de contenção replicadas rizomaticamente numa espécie de sintomatologia popular, que circula amiúde via *WhatsApp*, tal como evocado inicialmente.

² Formalmente em 11 de março de 2020 foi declarada a Pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Disponível em: <https://saude.abril.com.br/medicina/oms-decreta-pandemia-do-novo-coronavirus-saiba-o-que-isso-significa/>. Acesso em 05.05.2020.

³ Disponível em: <https://br.blastingnews.com/sociedade-opinio/2020/03/video/governo-de-sp-lanca-campanha-incentivando-as-pessoas-a-ficarem-em-casa-005336191.html>. Acesso em: 04.05.2020.

⁴ Em que as Ciências, particularmente as Humanas sofreram com cortes de bolsas e financiamentos de projetos com as políticas de contingenciamento promovidas pelas agências estaduais e federais de fomento à pesquisa.

⁵ Definido por Geertz como polimento da realidade ou um “sistema cultural” (2001, p. 115-116).

Sociabilidade e corporalidade

Impossível nesse momento reconstituir conceitualmente a noção de sociabilidade⁶, sequer de corporalidade, temática tanto extensa quanto densa na literatura antropológica. Toledo (2020) destaca alguns dos usos de sociabilidade desde as inspiradoras formulações de autores seminais como Simmel⁷, terminologia que alcançou a rotinização e que se presta às delimitações empíricas não somente nas Ciências Sociais, mas também em áreas em que segue associada a temas como ludicidade e lazer.

A notar, resumidamente, o rendimento etnográfico dessa noção trasladou de conceito a método de pesquisa e nessa direção podemos chamar atenção ao menos para uma situação específica encontrada nas pesquisas sobre torcedores de futebol – tema trabalhado por ambos os autores desse artigo –, em que a ideia de sociabilidade aponta na direção de outras lógicas presentes no domínio das práticas para além das características essencializadas que a definiram genericamente como sendo arte dos encontros.

E atinando não somente para as condições que deixam entrever maneirismos de classes e estilos de vida, sociabilidade aponta para dinâmicas de alteridade e enfrentamentos de demandas que complexificam, digamos, parte da sua imagem conceitual. Esse artigo levará em conta esse deslocamento etnográfico de sociabilidade no que diz respeito ao contexto específico da pandemia.

De todo modo, sociabilidade parece que sempre abrigou um conjunto bastante heteróclito de disposições e práticas. Elencamos algumas que se espalharam como estratégias de ajuntamentos à distância incorporados na dinâmica do surto pandêmico: manifestações em carreatas – de protestos negacionistas a chás de bebês; o aumento dos painéis como expressões políticas; fruição coletiva de mensagens projetadas nas fachadas de prédios; saraus de poesia e debates políticos em plataformas *online*; festas virtuais obedecendo segmentações diversas; compartilhamento de leituras de livros; *lives* culturais e de divulgação científica; reuniões religiosas em carros (*cultos drive-in*).

Medidas como distanciamento social e *lockdown*, em que pese terem sido tomadas diferenciadamente pelo mundo afora, no Brasil se transfiguraram em controvérsias políticas possivelmente vindas do acúmulo de contendas avivadas pelas sucessivas crises que assolaram o país ao menos desde 2013⁸, cujo ápice e desdobramentos conhecidos se consolidaram num projeto político amparado na orientada e ao mesmo tempo difusa ideologia anti-intelectualista e ou anticientificista acomodada no idioma corporal do presidente da república, eleito em 2018.

Possivelmente, a pessoa pública do presidente no cenário político nacional foi aquela que mais se notabilizou por ter sistematicamente contestado as medidas de

⁶ Apontamentos nessa direção já foram realizados numa bibliografia: Frúgoli Jr (2007); González (2007); Maia (2007); Brancaleone (2008); Toledo (2020). Críticas aos usos do termo constam em breves considerações de Deleuze e Guatarri (1997) e Strathern (1999).

⁷ Para uma densa contextualização sociológica sobre Simmel consultar Waizbort (2013).

⁸ Para um sucinto ponto de vista sobre a gênese dos acontecimentos em torno de 2013 ver Tible (2019).

mitigação da pandemia, ao instrumentalizar seu próprio corpo como anteparo das críticas que se avolumaram sobre seu governo e, particularmente, sobre a condução da crise de saúde pública que emperrou, até então, seu dissonante mandato.

Conhecido pela forma como evita o corpo a corpo como linguagem no enfrentamento das ideias, se ausentando inclusive dos debates à época da campanha presidencial, suas aparições sem demonstrar os cuidados mais básicos de evitação higiênica diante da crise pandêmica buscaram sinalizar para a permanência de um corpo inexpugnável ocupando o poder, um *corpo fechado* e protegido, ou melhor, ungido, pelo discurso religioso que marcou sua proximidade com segmentos políticos militantes oriundos de algumas denominações religiosas, sobretudo de orientação neopentecostal.

Para além desses aspectos miméticos na encenação do poder, discutir as restrições na circulação de corpos em contato pela cidade, que se mostraram prudentes diante da velocidade do alastramento do coronavírus, remeteu a uma espécie de inconstância do corpo cidadão diante da crise pandêmica. Claro que as orientações desencontradas, a contrainformação oficial performada na conduta de personalidades públicas contribuíram para o agravamento do quadro ao permitir que a sociabilidade presencial se mantivesse como foco de insurgências (para alguns, ignorância) espalhadas pela cidade.

Evidências da doença colocaram questões de ordem extrassomáticas aos corpos. As negociações com a pandemia frente às necessidades de deslocamento de parcela substantiva da população, somadas a negligência estimulada por corpos mais protegidos, como o de um presidente da república, promoveram o manejo de estratégias de sociabilidade distintas e contrastivas diante das políticas de prevenção.

Sejam nas manifestações mais brandas e alegóricas, tal como o caso que abre esse artigo, sejam aquelas que deflagraram controversas políticas e intenso debate público em torno de questões ideológicas, mobilizando e atiçando a sociabilidade de *corpos negacionistas* levados às ruas, a pandemia parece que reclamou à Antropologia urbana uma ampliação tanto do repertório de práticas de sociabilidade quanto apuro conceitual sobre as disputas entre corpos incluídos e excluídos, protegidos e desprotegidos, normalizados e abjetos (FRANGELLA; RUI, 2017).

Ainda no que diz respeito a noção de sociabilidade, sua superfície ou interface mais tradicional, amparada na co-presença e no ajuntamento face a face pareceu até então conviver de maneira amortizada ou subserviente com as formas de interação virtualizadas cada vez mais estimuladas. No momento em que a pandemia levou à imposição de medidas variáveis de supressão dos encontros cotidianos, a sociabilidade se colocou como necessidade estratégica de aferição das demandas pelo retorno dos corpos e do convívio presencial como expressão de corporalidades dissonantes e mecanismo de confrontos simbólicos visibilizados pela pandemia. Nesse sentido, sociabilidade, então, se politiza como estratégia e urgência existencial, afinal, *temos que beber umas antes de terminar a quarentena*.

Vem da etnologia alguns dos estudos renovados sobre o corpo. Lima (2000, p. 1) destaca ao menos três dispositivos diferenciais presentes na paisagem ameríndia da América do Sul, recuperados na Antropologia pós maussiana⁹, o de tortura como atesta Clastres (1973); o artístico como aponta Lévi-Strauss (1955); e o de fabricação (SEEGGER, VIVEIROS DE CASTRO, DA MATTA, 1979). E que (...) “Por fim, cabe notar que todos podem articular-se com um assim chamado idioma da corporalidade (...)”.

Esse programa etnológico de estudos sobre o corpo não está ausente e diríamos que se expande de maneira ainda mais sensível aos etnógrafos que atuam nos contextos das pesquisas urbanas. Um dos caminhos para tentar alguma aproximação seria ajustá-lo a uma das chaves que levam às investigações sobre a cidade, na perspectiva etnográfica e *corpográfica*, tal como a compreende e aponta Nascimento (2016)¹⁰ e experimentar os manejos das categorias que tensionam noções como sociabilidade no que diz respeito às várias modalidades, desde as relações face a face¹¹ às interações virtualizadas.

A relação entre sociabilidade e corporalidade também é marcada como condição fundante e flutuante de processos de cidadanidades (MACHADO, 2019) ou ajustamento das escalas entre corpos e espaços urbanos (FRANGELA & RUI, 2017), que intervêm nas políticas de controle, submissão e insurgências de sujeitos nas dinâmicas da sociabilidade. O modo de agenciamento das práticas de sociabilidades produz e é produtor de corporalidades experimentadas, onde o contexto pandêmico tornou-se laboratório de novos e ou atualizados enfrentamentos e disputas pelos espaços da cidade.

Seguindo ainda as recomendações de Silvana Nascimento que adverte para os processos de “coimplicação” entre corpo, espaço e cidade no contexto urbano contemporâneo, é imperativo mostrar que a

(...) etnografia urbana (...) se faz com o corpo do(a) antropólogo(a) em campo que se apresenta como interlocutor(a) em cidades (...) pois a corporeidade está lá desde o primeiro momento em que se decide sair do seu lugar de conforto. (NASCIMENTO, 2016, p. 16).

O contexto pandêmico parece que acelerou algumas recomendações a respeito dos estudos sobre o corpo e sociabilidade, pois se impôs a evitação dos contatos e proximidades dos corpos nos espaços públicos. Sendo assim, como reconfigurar o lugar das etnografias? Dado esse aparente impasse a Antropologia urbana pode contribuir como crítica de

⁹ Se levarmos em conta que foi Marcel Mauss um dos primeiros autores que sugeriu um programa de pesquisas sobre o corpo e a produção de inventários culturais sobre suas técnicas.

¹⁰ Corpografia (BRITTO; JACQUES, 2012) é um conceito originário da percepção performática como agência política, que originalmente associa arquitetura e dança. Nascimento promoverá a aproximação desta noção à prática etnográfica.

¹¹ E tantas categorias correlatas, tais como as que Magnani e pesquisas orientadas pela Antropologia urbana que implementa utilizam, sobretudo noções como pedaço, mancha, circuito. Aliás, observações destacadas pelo próprio autor, conforme Magnani (2019).

dissuasão de alguns determinismos que permearam as especulações científicas e anticientíficas que rondaram as controvérsias em torno da pandemia, recolocando a problemática da relação entre corpo e sociabilidade. Pois

(...) perspectivas etnográficas tendem a se contrapor às análises que tratam das (...) intervenções sobre o corpo a partir das macrodeterminações (tecnológicas, científicas, políticas, econômicas): corpo tomado como sede de destotalizações (não lugar), da alienação (docilização), da perda da função simbólica (coisificação), onde as formas de apropriação da vida se processam por intermédio das múltiplas técnicas e políticas executadas sobre o corpo. Não se trata de negar tais macroprocessos (...) mas perceber também que sobre eles articulam-se outros planos de significação, estratégias, valores e classificações que ordenam e [se] contrastam” (TOLEDO, 2009, p. 258).

A gripezinha que (r)esfriou o discurso científico via *whatsApp*

Eletricista profissional em atividade e já passado dos 60 anos, compositor militante no contexto do samba no carnaval paulistano de espetáculo, o referido amigo, assim como número expressivo da população, integra as várias redes concomitantes de *WhatsApp* que hoje abrigam milhões de indivíduo que se associam na formação de uma extensa sociabilidade que opera a partir de classificações cambiantes.

Sabe-se que essa específica rede de *encontros* ganhou protagonismo político, sobretudo pela alta capilaridade informacional e disseminação de *fake news*. Vale aqui destacar o modo como tal capilaridade compatibiliza uma gama variadíssima de valores, a produzir o que poderíamos definir como exponencial geração de encontros intermitentes – e/ou permanentes – acelerados com a COVID-19.

Assim, tais redes, como dissemos, extremamente capilarizadas e orientadas pelas ideologias individualistas que delimitam a livre associação de amizades pessoais, grupos de amigos, de familiares, de gênero, categorias profissionais, militâncias de toda ordem (étnicas, políticas, religiosas, etc.) vão compondo as fronteiras por onde memórias afetivas, experiências e trocas profissionais, vivências estéticas, tais como presentes em grupos de artistas, esportistas e outros, produzem certos marcos e filtros discursivos. Relevantes questões políticas, no caso aqui, de saúde pública, somam-se a problemas cotidianos, existenciais, corriqueiros e banais que vão produzindo sociabilidades justapostas.

Naquele sábado, o desfecho da conversa com o amigo sambista ficou por conta daquela frase, que longe de contra-argumentar sobre as medidas que se apresentaram não sem controvérsia como políticas de mitigação global de combate ao coronavírus, trazia a possibilidade de expandir a sociabilidade em meio aos regimes de restrição dos encontros.

Beber junto com os amigos “antes de terminar a quarentena” pareceu evocar um princípio de urgência em meio a excepcionalidade que também precisava ser administrada

simbolicamente pelas temporalidades segmentadas, afinal, o sábado é um dia devotado ao rolê pela cidade. Já no domingo o amigo sambista voltaria a argumentar que, ao contrário das nossas inquietações em relação à sua aparente pouca observância da quarentena, na verdade estava cumprindo as determinações, sobretudo em dias de trabalho. E depois, já ao final daquele fim de semana nos escreveu: “Bom, agora a semana inteira em casa, só saio no sábado durante o dia, tem que esperar essa praga de vírus passar...”. Em que medida a noção de sociabilidade presencial ou corporalizada pode ainda dar conta das novas demandas simbólicas na gestão das relações cada vez mais mediadas pelos mecanismos virtuais de interação, sobretudo aquelas manifestadas no contexto da pandemia?

O que nosso ponto de vista buscou reter dessas redes sociais não foi somente no sentido de corroborar com a interpretação de que as informações que circulam nesse meio relativizam e fluidificam a qualidade argumentativa ou veracidade dos fatos, mas que para além de seus conteúdos ela se impõem como *forma*, expondo uma sociabilidade que muitas vezes se volta para a sua própria lógica discursiva, como imagens de proteção incorpórea que se supõem oferecer aos seus usuários.

Sociabilidade pandêmica?

O vírus, essa realidade infinitesimal em sua natureza, em princípio perceptível sob condições específicas somente pelas ciências biológicas, só adquire concretude relacional ou, no sentido expressivo do termo, ‘sociabilidade’, quando manifestado nos corpos.

Os meandros da conversa via *WhatsApp* com o amigo sambista, ora concordando com a quarentena, ora a burlando em nome da ludicidade de bar, produziu mais de um discurso sobre a pandemia, sugerindo toda uma sintomatologia popular amparada nos efeitos imagéticos de rápido compartilhamento via rede social, incluindo farto material de *memes*, muito presentes no domínio dessa forma de sociabilidade incorpórea. Numa palavra, produziu relações, para além de alguma verdade acerca da pandemia.

O *déficit* de informações e circulação de *fake news* existentes nesse meio não explicitou todo panorama desfavorável em relação aos cuidados negligenciados de parte da população. A realidade infinitesimal da qual partiu o vírus, invisível e intangível até que se manifestasse nos corpos, interrompendo as dinâmicas *humanas* de sociabilidade, colocou problemas para as políticas de quarentena que tiveram como princípio reter ao máximo esses corpos em circulação pela cidade. Tal discurso, como se sabe, foi fortemente amparado naquilo que se convencionou chamar de discurso científico, portanto objetivista em seus propósitos e supostamente autoevidente como retórica política na busca pelo convencimento da opinião pública.

Contradiscursos anticientíficos vindos do poder, que partiram sobretudo de um presidente descompromissado, colocando seu corpo à disposição do vírus como mecanismo de redenção política, impactaram a percepção e certamente agravaram a pandemia. Mas seria ingênuo supor que tais atitudes tenham determinado toda a percepção popular em relação ao relaxamento ou negligência de parte da quarentena.

Ao contrário da suposta ignorância atribuída às pessoas mais humildes, o exemplo etnográfico da *sociabilidade negacionista*, promovida pelas pessoas proprietárias de luxuosos carros em campanhas pelas ruas das capitais do país mostrou um corte sociológico de classe motivado pela burla espetacular, com cobertura midiática, inclusive, se contrapondo aos discursos científicos e às medidas de contenção da pandemia.

Negacionismo que procurou terceirizar os perigos da pandemia na medida em que os sentidos da proteção individual segregacionista já estavam preservados, mantendo seus entusiastas em suas casas ou circulando em carreatas contra o isolamento social. A afirmação de uma face ou rosto individualista contrapunha a indeterminação dos corpos populares mais expostos ao vírus, corpos invadidos pela moléstia, corpos estatísticos, portanto sem rosto e quase sem a possibilidade da ritualização mortuária dada a pressa em enterrá-los.

Corpos cuja perda dos valores sociais e individuais de seus rostos (LE BRETON, 2017) se arriscaram permanentemente no contato inevitável pela sociabilidade cotidiana no transporte público, nas feiras livres, no trabalho e nas ruas tomadas por corpos precários (FRANGELA; RUI, 2017), pensando ainda nos inúmeros corpos permanentemente desassistidos pelo ordenamento político e econômico urbano, igualmente invisibilizados pela sociabilidade negacionista.

Já os posicionamentos sanitaristas apontaram para questões urbanas mais macrodeterminantes, atinentes a vulnerabilidades de toda ordem, tais como insalubridade relacionada às habitações, a precariedade do trabalho informal e dificuldades de se manter na crise, privações econômicas, e se juntaram às explicações científicas sobre os obstáculos ao cumprimento da quarentena de parte da população mais carente.

O que sobraria como hipótese a ser formulada pela Antropologia Urbana, ou por uma Antropologia da sociabilidade urbana? Apressadamente, poderíamos focar na insubmissão das classes populares diante das medidas de restrições corporais qualificando-as como manifestações contra o autoritarismo estatal. Todavia, a novidade da pandemia do coronavírus no contexto brasileiro foi justamente mostrar que o foco da insubmissão às medidas esteve do lado do autoritarismo estatal, cujo epicentro foi o corpo do presidente – *com histórico de atleta*¹² – desautorizando as medidas sanitaristas e patrocinando a *sociabilidade negacionista*. Ou seja, o coronavírus pode ser tomado como exemplo diverso de outras epidemias, tais como a descrita por Sevchenko (2010[1984]), autor que destacou a insubmissão como mecanismo político das classes populares de se contrapor às ingerências estatais.

Toda expressão de sociabilidade é, retornando a Simmel, um descolamento performático da realidade, numa palavra, uma forma de *jogo*, que a Antropologia de modo

¹² Num de seus discursos que teve repercussão internacional o presidente da república nomeou a pandemia de “uma gripezinha” e que, portanto, não haveria de derrubá-lo, até mesmo porque possuía um “histórico de atleta” desde sua formação militar. Tal retórica se mostrou enfraquecida, pois dia após dia atletas profissionais foram acometidos pela COVID-19. Inclusive, o próprio presidente acabaria infectado pelo vírus.

geral canonizou ao referir-se aos fenômenos rituais. Sigamos essa pista deixada pelo clássico autor:

Essas formas [de sociabilidade], contudo, se tornam autônomas dos conteúdos e estímulos autônomos dentro do próprio jogo, ou melhor, como jogo. Caçar, conquistar, contrapor forças físicas e espirituais, competir, por-se à mercê do acaso e do capricho de poderes sobre os quais não se tem qualquer influência – tudo isso que antes aderiu à vida em sua seriedade, agora se subtrai a seu fluxo, à sua matéria, desapega-se da vida. (SIMMEL, 2006, p. 62).

É possível que as imagens dessa liberdade jocosa, aspecto decantado e presente na sociabilidade não estejam tão distantes do corpo quando confrontado aos discursos sobre a pandemia, tão bem expressas em frases como “*Aí sim, temos que beber umas antes de terminar a quarentena*”. O medo como principal efeito tangível de se contrair o vírus foi algo muito real: temeu-se a contaminação, temeu-se o risco de morte, lamentou-se a morte de amigos, parentes e conhecidos, lamentaram-se as estatísticas desfavoráveis.

Não obstante, a pandemia também deixou espaço para se jogar com as classificações estereotipadas, jocosas, a despeito de suas causas científicas, políticas e econômicas *em jogo*. O rol de invenções que a sociabilidade popular *como jogo* se colocou de maneira desprezível adquiriu plasticidade no domínio cotidiano e no modo como orientou parte da sintomatologia popular a respeito do coronavírus. E da perspectiva daqueles que por intermédio dela recusaram apartar seus corpos dos espaços físicos, testando ações de corpos errantes nos espaços urbanos (NASCIMENTO, 2016, p.17), pode-se verificar a reinserção ainda que esporádica das práticas lúdicas face a face ou a reinclusão desses mesmos corpos aos lugares de pertença popular como necessidade política de voltar a “sentir” a cidade, tal como o caso explicitado nas interpelações jocosas do referido sambista ao se exibir em frente a um bar com outros amigos.

Um tanto despolitizadas as brincadeiras populares via *WhatsApp* acabaram se politizando no jogo das interações contrastivas com a *sociabilidade negacionista* que, explicitamente autorizada por segmentos do poder e fomentada por classes mais abastadas economicamente, tentou desqualificar as medidas e o discurso científico de mitigação da pandemia.

Referências bibliográficas

- BRANCALEONE, Cassio. (2008). “Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies”. Revista de Ciências Sociais, vol. 39, n.1, Fortaleza: UFC, p. 98-104.
- BRITTO, Fabiana; JACQUES, Paola. (2012). “Corpo e cidade – coimplicações em processo”. In: Revista UFMG, vol. 19, n. 1 e 2, Belo Horizonte: UFMG, p. 142-155.

- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. (1995). “Introdução: rizoma”. In: _____. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*, vol 1. São Paulo: Editora 34.
- FRANGELLA, Simone; RUI, Taniele. (2017). “Corpos precários: apontamentos para a relação entre corpo e cidade”. In: *Política & trabalho*, n° 47. João Pessoa: UFPB, p.23-38.
- FRÚGOLI JR, Heitor. (2007). *Sociabilidade Urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- GEERTZ, Clifford. (2001). “O senso comum como sistema cultural”. In: _____. *O saber local*. Petrópolis, Vozes.
- LE BRETON. David. (2017). “Antropologia da face”. *Política & Trabalho*, n°47. João Pessoa: UFPB, p. 153-169.
- LIMA, Tânia Stolze. (2000). “Que é um corpo?”. In: *Religião e Sociedade*, n. 22, v.1. Rio de Janeiro: ISER, p. 9-20.
- MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. (2019). “Mão na massa e skate no pé: práticas cidadinas nas novas centralidades paulistanas”. In: *Anuário Antropológico*, vol.44, n.1. Brasília: UnB, p. 285-305.
- MAGNANI, José Guilherme. (2019). “Aula inaugural. Antropologia Urbana: da metrópole à aldeia”. In: *Aceno*, vol. 6, n. 11. Cuiabá: UFMT, p. 11-30.
- MAIA, Rousiley. (2001). “Sociabilidade: apenas um conceito?”. In: *GERAES*, n. 53. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, p. 4-15.
- NASCIMENTO, Silvana. (2016). “A cidade no corpo: diálogos entre corpografia e etnografia”. *Ponto.Urbe*, vol 19. São Paulo: USP, p.1-16.
- SEEGER, Anthony; DAMATTA, Roberto; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. (1979). “A Construção da pessoa nas sociedades indígenas brasileiras”. In: *Boletim do Museu Nacional*, n. 32. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 2-19.
- SEVCENKO, Nicolau. (2010). *A revolta da vacina. Mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo, Cosacnaify.
- SIMMEL, Georg. (2006). “Sociabilidade”. In: _____. *Questões fundamentais de sociologia*. Rio de Janeiro, Zahar.
- STRATHERN, Marylin. (1999). “No limite de uma certa linguagem (entrevista)”. In: *Mana*, vol. 5, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ, p. 157-175.
- TIBLE, Jean. (2019). “Movimentos”. In: *Cadernos de Campo*, vol.28, n.2, São Paulo: USP, p.15-20.
- TOLEDO, Luiz Henrique. (2007). “Corporalidade e festa na metrópole”. In: MAGNANI, José Guilherme; SOUZA, Bruna Mantese (Orgs). *Jovens na metrópole: etnografias de circuitos de lazer, encontro e sociabilidade*. São Paulo, Terceiro Nome.
- TOLEDO, Luiz Henrique. (2020). *Sociabilidade: etnografia de um conceito*. In CAMARGO, Wagner, PISANI, Mariane, ROJO, Luiz (Orgs). *Vinte anos de diálogos. Os esportes na Antropologia Brasileira*. ABA, (no prelo).
- WAIZBORT, Leopoldo. (2013). *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Editora 34.

sobre os autores

Luiz Henrique Toledo

Doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

Roberto de Alencar Pereira de Souza Junior

Bacharel em Ciências Sociais e Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, ambos pela Universidade Federal de São Carlos. É membro do Laboratório de Estudos das Práticas Lúdicas e Sociabilidade (LELuS – UFSCar).

Recebido em 18/05/2020

Aceito para publicação em 20/07/2020